



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TALITA DA SILVA LOPES

**MODERNIDADE NEOLIBERAL: SUJEIÇÃO ECONÔMICA E SUBJETIVA
DO INDIVÍDUO MODERNO.**

Juazeiro do Norte
2020

TALITA DA SILVA LOPES

**MODERNIDADE NEOLIBERAL: SUJEIÇÃO ECONÔMICA E SUBJETIVA
DO INDIVÍDUO MODERNO.**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Graduação em Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio,
como requisito para a obtenção do grau
de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

TALITA DA SILVA LOPES

**MODERNIDADE NEOLIBERAL: SUJEIÇÃO ECONÔMICA E SUBJETIVA
DO INDIVÍDUO MODERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para obtenção de
grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

LARISSA MARIA LINARD RAMALHO

Orientador(a)

OSSIAN SOARES LANDIM

Avaliador(a)

ALEX FIGUEIREDO DA NÓBREGA

Avaliador(a)

MODERNIDADE NEOLIBERAL: SUJEIÇÃO ECONÔMICA E SUBJETIVA DO INDIVÍDUO MODERNO

Talita da Silva Lopes¹
Larissa Maria Linard Ramalho²

RESUMO

Este trabalho apresenta como tema as formas de subjetivação fomentadas no bojo da modernidade neoliberal. Analisa-se o aspecto totalizante do capitalismo observado na sua expansão, que o permite colocar sob seu domínio as esferas políticas, sociais e subjetivas. O caráter hegemônico e totalitário do capitalismo na sua faceta neoliberal implica em desdobramentos nefastos sobre a vida social e o campo subjetivo. A partir disso, delinea-se a relevância da pesquisa no sentido de fomentar reflexões acerca desse modelo econômico de forma a se pensar políticas econômicas e sociais numa perspectiva de bem-estar social. Elegeu-se como objetivo geral compreender o modo como o neoliberalismo fomenta formas de subjetivação forjando sujeitos extremamente alinhados à lógica do mercado. A pesquisa foi realizada através de uma revisão de literatura, fundamentada em livros considerados clássicos ou de relevância para o tema e em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos. O trabalho dividiu-se em três tópicos: o primeiro tópico traz um breve percurso histórico do capitalismo, o segundo aborda a relação entre capitalismo, liberalismo e o papel do Estado e o terceiro tópico trata dos ordenamentos neoliberais como balizadores dos modos de subjetivação. Resulta desse processo a compreensão de que a produção de subjetividades se apresenta como protagonista no rol das produções do capitalismo, uma vez que através dela esse modelo econômico contempla os propósitos de manutenção e reestruturação do seu sistema, mantendo assim o absoluto domínio social. A partir disso, conclui-se que na modernidade neoliberal há o perfeito alinhamento entre subjetividade e a lógica do mercado sinalizando para uma sujeição não mais puramente econômica, mas também subjetiva.

Palavras-chave: Capitalismo. Neoliberalismo. Modernidade. Modos de Subjetivação. Subjetividade.

ABSTRACT

This paper presents as a theme the forms of subjectivation fostered in the midst of neoliberal modernity. The totalizing aspect of capitalism observed in its expansion is analyzed, which allows it to place the political, social and subjective spheres under its control. The hegemonic and totalitarian character of capitalism in its neoliberal facet implies harmful consequences on social life and the subjective field. Thereafter, the relevance of the research is outlined in order to foster reflections about this economic

¹Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. E-mail: srta.quidam@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. E-mail: larissaramalho@leaosampaio.edu.br

Psicóloga. Professora dos cursos de graduação em psicologia e enfermagem do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Graduada em psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Especialista em Prática Docente do Ensino Superior. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pelo Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da UFCA – Universidade Federal do Cariri.

model in order to think about economic and social policies in a perspective of social well-being. It was chosen as a general objective to understand how neoliberalism fosters forms of subjectivity by forging subjects extremely aligned with the logic of the market. The research was carried out through a literature review, based on books considered classic or relevant to the topic and on scientific articles published in the last five years. The work was divided into three topics: the first topic brings a brief historical trajectory of capitalism, the second deals with the relationship between capitalism, liberalism and the role of the State and the third topic deals with neoliberal orderings as tools of the modes of subjectification. This process results in the understanding that the production of subjectivities appears as a protagonist in the list of capitalism's productions, since through it this economic model contemplates the purposes of maintaining and restructuring its system, thus maintaining the absolute social domain. Then, it is concluded that in neoliberal modernity there is a perfect alignment between subjectivity and the logic of the market, signaling a subjection that is no longer purely economic, but also subjective.

Key words: Capitalism. Neoliberalism. Modernity. Subjectivity modes. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

Embora a literatura acerca do tema modernidade seja extensa, ainda não se observa grande clareza ou unanimidade na sua conceituação. Por vezes, a modernidade assume um caráter genérico e superficial de progresso e/ou contemporaneidade, porém, convencionou-se que o termo que melhor define a modernidade em seu período mais recente é “modernidade neoliberal”. Modernidade e capitalismo são fenômenos que se relacionam e que, ao longo do tempo, têm delineado períodos sócio-históricos geradores de profundas mudanças na sociedade que atravessam a subjetividade do indivíduo e suas relações (PEREIRA, 2014).

Dessa forma, a modernidade é discutida como um contexto social atravessado pelos ordenamentos capitalistas, com um ideário de homem que introjeta a lógica de mercado como balizadora dos seus interesses e da sua conduta, manifestando o individualismo e a competitividade como estruturas medulares das suas relações. Oliveira *et al.* (2016) complementam esse conceito definindo o homem moderno como desarraigado, que concebe o outro apenas como um meio de alcançar seus objetivos, estes idealizados pelo mercado. Nessa linha de análise, Hoffmam (2019) fala que os sujeitos na contemporaneidade distanciam-se da sua humanidade, existindo através da sua função dentro dos interesses de mercado.

A partir dessa leitura, delinea-se melhor não apenas o conceito da modernidade em sua faceta neoliberal, mas também a confluência entre os valores

socioculturais da modernidade e os valores de mercado propostos pela doutrina econômica do neoliberalismo.

Diante do exposto, o trabalho é direcionado pela seguinte questão norteadora: como o neoliberalismo produz sujeitos extremamente consonantes com os seus ordenamentos? Nessa perspectiva, busca-se compreender como os processos de subjetivação postos socialmente na modernidade neoliberal se relaciona como modelo econômico neoliberal.

A relevância pessoal desse trabalho se delinea a partir das inquietações e reflexões enquanto acadêmica do curso de Psicologia acerca do aspecto totalizante do neoliberalismo que incide sobre temas como a subjetividade e as relações sociais. Observa-se no bojo da modernidade neoliberal a fragilização das relações sociais e subjetividades que são forjadas à luz de valores pautados no extremo individualismo e numa intensa competitividade. Decorre então desse contexto uma preocupação que implica na responsabilidade de se pensar o papel da Psicologia e a prática profissional do psicólogo como forças contrárias ao alinhamento da subjetividade e das relações sociais com os interesses capitalistas.

A expansão do neoliberalismo também colocou sob o domínio dessa doutrina econômica o território político, fazendo com que seus efeitos nocivos recaíssem sobre os direitos trabalhistas e sociais. O resultado dessa coalizão ordena um Estado mínimo, com baixa ou nenhuma interferência tanto na economia como nos fatores relativos ao bem-estar social, prevalecendo assim a ideia da meritocracia. A partir dessa perspectiva, se constitui a relevância social do tema abordado, no que tange aos processos necessários de resistência e enfrentamento de um modelo econômico que fere o Estado democrático, que precariza as relações de trabalho e violenta o bem-estar social.

A análise das ações nefastas do neoliberalismo, observáveis no cotidiano, fornece substância e relevância para o meio científico ao sinalizarem a urgência de políticas econômicas e sociais que garantam o pleno desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, para se pensar novas possibilidades políticas e econômicas, faz-se necessária a compreensão dos ordenamentos neoliberais, a fim de se elaborar uma crítica, bem como mecanismos capazes de romper com a lógica hegemônica do neoliberalismo.

A pesquisa apresenta como objetivo geral compreender o modo como o neoliberalismo fomenta formas de subjetivação forjando sujeitos extremamente

alinhados à lógica de mercado. Para se alcançar tal objetivo, determina-se como trajeto os seguintes objetivos específicos: analisar o percurso sócio-histórico do capitalismo considerando a relação do mesmo com os ideários de homem e de sociedade, compreender a dinâmica entre capitalismo e subjetividade e identificar as consequências dos atravessamentos econômicos nos modos de subjetivação dos indivíduos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada trata-se de uma revisão bibliográfica, visto que se constitui a partir de informações oriundas de livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa se beneficia pela grande oferta de produções científicas anteriormente disponibilizadas por outros pesquisadores, viabilizando a coleta de dados de forma otimizada (GIL, 2019). Marconi e Lakatos (2003) ressaltam a potência inovadora da pesquisa bibliográfica, compreendendo-a como uma oportunidade de gerar novos olhares a temas anteriormente pesquisados, rechaçando assim a hipótese de um caráter repetitivo acerca desse tipo de pesquisa. Ao se utilizar em uma nova produção a bibliografia disponibilizada publicamente acerca do tema eleito, pode-se ressaltar o que já foi produzido de forma a evidenciar as ideias e os caminhos percorridos, com a possibilidade de amplificá-los ou reelaborá-los (MARCONI; LAKATOS, 1992).

O caminho percorrido para se alcançar o que é proposto pelo presente trabalho se deu a partir de livros e autores considerados clássicos ou referências relevantes para o tema, como Bauman, Guattari, Dardot e Laval, sem critérios de tempo de publicação, estabelecendo como parâmetro o reconhecimento público desses autores no meio científico. Foram utilizados também artigos e revistas produzidos a partir de 2015, estabelecendo como prioridade os trabalhos escritos nos últimos três anos, sendo utilizados como indexadores o Scielo e o Google Acadêmico. Para a pesquisa foram utilizados como descritores as palavras capitalismo, neoliberalismo, modernidade, subjetivação e subjetividade. O período de busca por esses instrumentos é datado entre fevereiro e junho do ano de 2020.

No presente trabalho as ideias desenvolvidas no referencial teórico são articuladas em três tópicos. O primeiro tópico traz uma breve narrativa acerca do percurso histórico do capitalismo, pontuando movimentos culturais que fomentaram

o surgimento do capitalismo e foram considerados marcos históricos nas transformações da sociedade nas esferas econômica, política e social, pontuando também as grandes revoluções que culminaram na origem e na consolidação do capitalismo, perpassando ainda pelas reconfigurações do capitalismo a partir das crises que o atravessaram. A partir disso, delineia-se a íntima relação entre o capitalismo e os modelos socioeconômicos que os antecedem e os procedem.

O segundo tópico aborda a relação entre capitalismo e liberalismo apontando seus desdobramentos sobre as esferas econômicas, política e social. A igualdade, a liberdade individual e mercantil, como bases do modelo econômico liberal, são discutidas a partir de uma perspectiva que incide sobre o ideal de um Estado Mínimo e sobre a reconfiguração do papel do indivíduo frente às questões relativas à sua própria vida, dando margem para que se possa discutir ideias relacionadas à meritocracia e ao individualismo, bem como permite apontar os impactos causados pelo liberalismo no âmbito social e subjetivo.

No terceiro tópico discorre-se sobre a relação entre o capitalismo e os processos de subjetivação, ideia central do tema proposto. Nesse ponto do trabalho analisa-se a expansão do capitalismo, observado na sua faceta neoliberal, que coloca sob seu domínio os territórios políticos, sociais e subjetivos. Compreende-se aqui a produção de subjetividade como protagonista das produções capitalistas, uma vez que a partir do controle dos processos de subjetivação, se torna possível produzir sujeitos extremamente consonantes com os interesses capitalistas, ocasionando uma sujeição econômica e também subjetiva. Dessa forma, os valores econômicos passam a ser norteadores dos interesses e da conduta dos indivíduos. Outro apontamento feito nesse tópico se refere ao papel do Estado e da mídia como instrumentos cooptadores de grandes corporações ao ditarem modos de ser e estilos de vida pautados em caracteres de ordem econômica.

Busca-se, portanto, delimitar a partir desses tópicos um percurso teórico e metodológico capaz de delinear a sujeição dos processos de subjetivação aos moldes neoliberais, a fim de determinar como esse processo acontece e como contribui para a manutenção e fortalecimento da doutrina neoliberal.

3 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA ASSUNÇÃO DO CAPITALISMO

Para a compreensão do capitalismo e suas faces, é preciso analisá-lo a partir de um íntimo diálogo entre este e o modelo social e econômico que o antecedeu, bem como, é de extrema relevância também analisar de que forma as revoluções do capitalismo se entrelaçam com as transformações de um modelo socioeconômico para outro. A transição de uma sociedade organizada e regida pela hegemonia da Igreja e pela tradição monárquica para uma sociedade coordenada pelo Estado e pelo mercado é um marco transformador no percurso da humanidade (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O enfraquecimento da imagem da Igreja como detentora de todas as respostas para as questões da humanidade pode ser observado já no século XV através de um movimento que ficou conhecido como Renascimento. Esse movimento é lançado como um contraponto à Idade Média, sendo caracterizado pela busca de um renascer da cultura clássica greco-romana e pela constituição de um ideário de homem dotado pela razão, livre do obscurantismo e controle religiosos (TEIXEIRA, 2016).

Mendonça e Santos (2019) pontuam que o período entre o século XV e XVIII abrange fatos históricos marcantes como o Renascimento, a Reforma Protestante que questionou os dogmas da Igreja Católica, o surgimento da burguesia, o absolutismo, o Iluminismo que questionou o poder totalitário da monarquia e a Revolução Industrial que, segundo esses autores, é o marco que inaugura o capitalismo.

Para Silva (2018), o século XVIII solidifica as mudanças fomentadas nos séculos XVI e XVII no que tange às modificações sociais e às reconfigurações da política, da economia e da ciência, sendo também o período de consolidação dos pilares do liberalismo econômico. Nessa perspectiva, observa-se que os desdobramentos de processos históricos iniciados por volta dos séculos XV e XVI desembocam numa efervescência cultural, política e econômica pautada na autonomia e liberdade, estas observadas nas reivindicações de revoluções como a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Os ideais Iluministas são colocados como balizadores dessas duas revoluções que se mostraram forças contrárias ao despotismo característico de um Estado Absolutista. Os ideais da Revolução Francesa, ocorrida no século XVIII, foram definidos pela liberdade, igualdade e fraternidade. Atribui-se ao Iluminismo e à Revolução Francesa a produção de um

tipo de organização do capitalismo através da suplantação do Feudalismo e do Absolutismo, uma organização fundamentada na doutrina liberal.

O declínio do feudalismo pode ser compreendido como um processo multifatorial, abrangendo acontecimentos históricos como o fim das Cruzadas no século XVIII que expande a relação da Europa com o Oriente favorecendo o comércio e fortalecendo a burguesia mercantil, a aliança da burguesia com os reis que viabilizou o financiamento dos exércitos e o fortalecimento mútuo da burguesia e da Monarquia que culminou no controle da economia e na exploração de novas colônias. O advento de novos instrumentos náuticos, da pólvora e a ampliação do comércio com as grandes navegações impulsionou o crescimento do capitalismo comercial e a colonização da América (VIEIRA *et al.*, 2015).

Dessa forma, houve uma acumulação de capital oriunda do mercantilismo, a qual Brito e Perripolli (2017) designam como primitiva, pois embora esteja relacionada à origem do capitalismo, não advém do modo de produção capitalista. Segundo esses autores, a origem do capitalismo decorre da venda da força de trabalho dos camponeses, que foi ocasionada pelo processo de expropriação, pelo surgimento da burguesia e pelo fortalecimento do comércio. Definem ainda como alma do capitalismo a ação de retirada dos meios de produção necessários para o trabalho dos camponeses, tornando-os, portanto, obrigados a venderem sua força de trabalho, tornando-se trabalhadores assalariados.

O feudalismo foi um modelo econômico pautado na exploração e extrema servidão de forma que a implementação do capitalismo se beneficiou desse contexto ao colocar como carro-chefe o ideário do homem livre, quando na verdade o capitalismo se utilizou dessa mesma estrutura de exploração ao se valer de condições de trabalho execráveis as quais os trabalhadores se sujeitavam devido à necessidade de sobreviver na nova organização social que foi se constituindo com a transição do feudalismo para o capitalismo. O capitalismo na sua dinâmica moderna se estruturou a partir do fortalecimento do comércio, da acumulação de capital em sua faceta primitiva e através dos ordenamentos da doutrina econômica liberal (MEDEIROS JÚNIOR; FALCETTI; LIMA FILHO, 2017).

O conceito de liberalismo se lança para além do sentido econômico pontuando também em seu significado um aspecto político. Lemos (2020) contextualiza o nascimento do liberalismo nos movimentos contrários ao despotismo dos reis e ao controle da Igreja, bem como nas reivindicações em prol de direitos. A

autora define a liberdade como sendo a estrutura medular do liberalismo que tem como pressuposto os direitos e a liberdade individuais. Diante desse cenário de profundas transformações sociais, o liberalismo se apresenta como uma forma de equacionar as questões desse contexto, ao passo que também sedimenta o caminho para o capitalismo.

Observa-se que o liberalismo foi influenciado pelos ideais iluministas. Dessa forma, Nunes (2018) explica que a expansão do Iluminismo no cenário intelectual europeu e o fortalecimento das ideias inerentes às liberdades individuais foram eventos que ocorreram em concomitância. Os princípios do liberalismo filosófico se diferenciam dos princípios pivotais advogados pelo liberalismo econômico. Segundo a autora, o liberalismo econômico atribui à natureza humana aspectos relacionados ao extremo individualismo e um alinhamento aos fatores econômicos.

Bresser-Pereira (2016) analisa o surgimento do capitalismo sob a perspectiva de uma revolução, a qual tem seu início datado no século XV e sua concretização no século XVIII com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Trata-se de um período que segundo o autor, abrange da acumulação primitiva aos modos de produção capitalistas.

A primeira Revolução Industrial proporcionou protagonismo econômico para a Inglaterra, contudo, ressalta-se que seus desdobramentos reverberaram para além do seu lugar de origem. A máquina a vapor se traduz como uma criação a partir da qual a produção industrial foi intensificada e com isso reformulou as relações de trabalho nas fábricas e no campo. As atividades agrícolas foram reconfiguradas através do processo de mecanização da agricultura, o que a colocou sob domínio da produção industrial condicionando-a aos termos de produção, consumo e venda característicos desse processo produtivo. Essa revolução também proporcionou inúmeras mudanças no que tange a organização social através do crescimento das cidades e dos processos de urbanização (VIEIRA *et al.*, 2015).

A segunda Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século e se expandiu por outros países, é fruto da demanda por inovações tecnológicas que otimizassem a produção e alavancassem os lucros dos donos das indústrias. Foi um período marcado pela descoberta da eletricidade, pela evolução conferida aos setores de comunicação e transporte, por um significativo avanço em criações tecnológicas e no desenvolvimento de novos setores da indústria. Essa revolução se

diferencia pelo enfoque em um método de trabalho que aumentasse a produção, o lucro e diminuísse os gastos (SAKURAY; ZUCHI, 2018).

Para Ribeiro (2015), a exploração da força de trabalho é o meio utilizado para se aumentar os lucros e a acumulação, pressupostos pivotaes do sistema capitalista. Dessa forma, faz-se necessário desenvolver mecanismos de controle sobre as habilidades de produção dos trabalhadores. É nessa perspectiva que surgem os padrões de produção designados Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. O Taylorismo consiste na ideia de uma gerência que desenvolva métodos que otimizem a produção a partir dos parâmetros da relação tempo e movimento, nos quais o trabalhador é controlado de acordo com o tempo que produz, ou seja, produzir muito no menor tempo possível. Já o Fordismo foi caracterizado pelo advento da esteira rolante que reestruturou a racionalização do trabalho e da produção, apresentando como enfoque a produção e o consumo em massa. Os desdobramentos dos princípios Fordistas reverberaram também em novos modos de vida e de um ideário de homem que se alinha à lógica desse modelo de produção. As mudanças no perfil de consumo dos trabalhadores e a elaboração de mecanismos de controle sobre as esferas físicas e psíquicas dos trabalhadores são acontecimentos ocorridos no bojo do Fordismo.

E por fim, o Toyotismo é um modelo industrial que procede ao Fordismo e tem como base a redução da vida útil das mercadorias, uma produção que é de acordo com a demanda e pautada na estratégia definida como “*just-in-time*” que visa o controle da matéria-prima adquirindo apenas a quantidade que será necessariamente utilizada em uma demanda. Esse modelo também fomenta mudanças na sociedade ao direcionar o fetiche dos consumidores para o que é produzido pela indústria através redução da vida útil dos produtos somada às estratégias de propaganda das mercadorias (VIERA *et al.*, 2015).

Dando sequência às revoluções industriais, a terceira delas se caracteriza como a era dos dispositivos eletrônicos, dos computadores, da informática e da robótica. Com a terceira Revolução Industrial inauguram-se nas fábricas processos operacionais sem precedentes no contexto da produção industrial. Não há uma unanimidade acerca da definição do período da terceira revolução industrial, mas para alguns teóricos ela se inicia por volta da década de 1960 e permanece vigente nos dias atuais (SANTOS; VOLANTE, 2018).

Enquanto atribui-se às revoluções industriais a origem do capitalismo, o período pós-guerra é definido como o momento de esplendor desse modelo econômico que nesse contexto se caracterizava como desenvolvimentista, por tratar-se de uma economia regulada pelo Estado e pelo mercado. É um período marcado pelo engajamento dos seguimentos políticos, econômicos e empresariais, que foi orientado pela macroeconomia de Keynes, visando estabilidade financeira e bem-estar social. A efervescência econômica e social, características dessa faceta desenvolvimentista, foi interrompida pela crise de 1970 que sinalizou para o ressurgimento do liberalismo, agora reconfigurado na face do neoliberalismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Siqueira e Siqueira (2017) trazem uma análise da falência do liberalismo econômico e explicam que o Estado atuou numa perspectiva desenvolvimentista já após a primeira guerra mundial, mas afirmam que mesmo nesse período essa doutrina econômica seguiu fortalecida. O liberalismo econômico veio então a sucumbir quando houve a quebra da Bolsa de Valores de Nova York somada às crises enfrentadas pela agricultura e pelas indústrias. Os autores defendem que os pressupostos liberais não foram eficientes para manter a estabilidade da economia.

O processo de unificação dos dois territórios da Alemanha também fortaleceu a insurgência do liberalismo quando, após a queda do Muro de Berlim, o modelo econômico de ideologia capitalista desenvolvido na Alemanha Ocidental se sobressaiu ao modelo de orientação socialista da Alemanha Oriental, a partir dos parâmetros de desenvolvimento econômico, culminando inclusive na dissolução da União Soviética (STIER, 2018).

O breve percurso histórico do capitalismo, proposto por esse tópico, se finda com uma narrativa acerca da crise de 2008 que teve como causa o elevado índice de inadimplência das hipotecas imobiliárias de alto risco que foram asseguradas pelos investidores do mercado, apontando para a ausência de uma regulamentação rígida por parte do Estado. A instabilidade é inerente à economia capitalista, dessa forma, as crises caracterizam as alternâncias de fases do capitalismo. O caráter instável da economia capitalista delinea um cenário de desemprego, lançando para o Estado a função de desenvolver políticas econômicas capazes de gerar emprego e renda (CHAIB; LIMA, 2019).

4 O CAPITALISMO, O LIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO

Sobre o liberalismo faz-se relevante pontuar a sua relação com o neoliberalismo, que por sua vez é definido como a atual configuração do capitalismo. Nesse modelo, a sociedade é tomada como um mercado financeiro universal, no qual os seus sujeitos são absorvidos pela função de meros consumidores (GASDA, 2017).

A relação entre liberalismo e neoliberalismo segue no sentido da não ruptura entre esses segmentos capitalistas, ressaltando que na verdade trata-se de segmentos que embora compartilhem de um mesmo corpo ideológico, preservam suas diferenças. Os pressupostos do liberalismo se reorganizam acompanhando as transformações do modo de produção capitalista. Dessa forma, o neoliberalismo corresponde a uma solução para o esgotamento do liberalismo em um determinado ciclo de reconfiguração do capitalismo. No que tange à liberdade, princípio basilar da doutrina liberal, a liberdade econômica é condição imprescindível para se alcançar outros tipos de liberdades individuais (LEMOS, 2020).

São muitas as variações semânticas acerca do conceito de liberdade, cada uma refletindo o seu respectivo contexto social. Nas esferas econômicas e éticas, a liberdade se constitui na compreensão de autonomia frente às intervenções do Estado ou de outras forças alheias ao sujeito. Na perspectiva econômica, o conceito de liberdade decorre de uma posição contraditória à organização da economia a partir das intervenções do Estado. Na esfera da ética, a liberdade se caracteriza numa relação inversamente proporcional, na qual a liberdade e a autonomia diminuem conforme o Estado aumenta seu poder regulatório. Nesse sentido, ao impor um código moral a um sujeito racional, o Estado fere a autonomia e liberdade desse sujeito. Dessa forma, designa-se ao Estado a incumbência de apenas garantir o pleno gozo da razão e da liberdade (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2017).

O capitalismo é regido pelos ordenamentos liberais, de forma que uma sociedade que se organiza política e economicamente a partir dos preceitos do liberalismo é lida como capitalista. A autonomia e a liberdade individual dos agentes econômicos são capturadas pela a organização capitalista que designa o livre mercado como o único meio de preservá-las. O livre mercado por sua vez demanda um ideário de Estado mínimo objetivando a não regulamentação do Estado, sendo o mercado autorregulado, obedecendo à lógica da chamada *mão invisível*, limitando ao Estado a função de viabilizar os meios necessários para garantir as liberdades

individuais. O alinhamento entre os pressupostos do livre mercado e a delimitação do poder regulatório do Estado, delineia a clara aliança entre as esferas econômicas e políticas. Dentro dessa ótica, o Estado assume uma função primordial para o controle e hegemonia do capitalismo (GASDA, 2017).

Para Lage (2019), o capitalismo almeja o lucro, sua expansão, hegemonia e os alcançam na medida em que soma forças com o Estado, a fim de equacionar suas crises e preservar os interesses dos mais ricos, aumentando através dessa aliança as desigualdades sociais. Dessa forma, observa-se que os avanços do capitalismo se direcionam na contramão das conquistas dos direitos sociais.

Ainda de acordo com a autora, o processo de expansão e dominação do capital pelo mundo (mundialização) confere ao Estado uma função de centralidade nesse contexto, que atua submetendo a organização política e sociocultural do país aos interesses do capital financeiro. O Estado então passa a adotar medidas que envolvem privatizações, ataques aos direitos adquiridos, desregulamentação da economia e o alinhamento da ideologia capitalista aos processos educacionais dos trabalhadores. É então a partir desses aspectos que se delinea a dominação das esferas política e social pelos ordenamentos econômicos.

Rosa (2019) traz os efeitos nefastos resultantes da coalizão entre o Estado e a iniciativa privada em um contexto econômico neoliberal como as privatizações, o desemprego, a supressão de direitos trabalhistas e sociais. Acrescenta ainda que no campo político o ordenamento econômico se manifesta como uma espécie de razão que forja a construção de modos de ser dentro das premissas da lógica de mercado.

O neoliberalismo é lido como um projeto de desmonte do Estado social deliberadamente disfarçado como um conjunto de medidas que visa contemplar os interesses da coletividade, quando na verdade é imperativo para essa doutrina econômica o enfoque na extrema individualização, o incentivo fiscal à custa de prejuízos no bem-estar social e a sobreposição dos interesses de mercado sobre o Estado. O Estado social vai à contramão dos interesses de mercado e da doutrina neoliberal ao designar para o Estado a responsabilidade de proporcionar meios que viabilizem o alcance da liberdade e da autonomia dos cidadãos (VIANA; SILVA, 2018).

A leitura neoliberal da vida social é frontalmente atravessada pelo axioma da meritocracia, no qual o mérito é alcançado através de um processo e esforço individual. Dessa forma, em uma perspectiva de liberdade e igualdade, a

responsabilidade do mérito recai única e exclusivamente sobre o indivíduo. O conceito de meritocracia adotado pela concepção neoliberal potencializa os processos de exclusão quando propõe a igualdade em detrimento do mérito individual, visto que a sociedade manifesta as mais variadas e distintas condições (SILVA, 2017).

Diante do exposto, demarca-se como campo de análise o papel do Estado na economia a partir dos parâmetros capitalistas liberais e neoliberais. Bresser-Pereira (2016) defende o Estado Moderno como sendo aquele capaz de melhor coordenar o desenvolvimento social, político e econômico, fomentando inclusive as conjunturas necessárias para que o mercado possa desenvolver suas ações econômicas. É através do Estado que os países regulam a organização social buscando alcançar os aspectos tangentes à liberdade, à autonomia e ao bem-estar social.

5 MODERNIDADE NEOLIBERAL, SUBJETIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE

O capitalismo é um pilar central da modernidade de forma que qualquer leitura acerca da modernidade é atravessada por esse modelo econômico. Na modernidade, o capitalismo se lança para além de um sistema econômico, se expandindo de forma que seus aspectos políticos, econômicos e sociais tornam-se agentes constitutivos da modernidade e as produções sociais dessa era são capturadas pelos princípios capitalistas (GASDA, 2017).

Kayser (2019) compreende o neoliberalismo como a expressão do capitalismo no século XXI. Se configurando o primeiro como razão do segundo. Enquanto razão, o neoliberalismo assume um caráter totalizante que incide sobre a política e a economia, reconfigurando as relações e as expressões de subjetividade.

A amplificação do neoliberalismo ultrapassa os limites do espaço econômico adentrando nos contextos político e social, produzindo mecanismos de subjetivação, forjando indivíduos com interesses e conduta extremamente alinhados à lógica de mercado. Dentro dessa perspectiva, observa-se que o neoliberalismo apresenta como principal estratégia, a fabricação de uma realidade organizada por instrumentos econômicos na qual o indivíduo constrói a sua subjetividade (ROSA, 2019). Dartot e Laval (2016) apresentam um conceito de “sujeito liberal”, que seria um sujeito constituído dentro da perspectiva de eficiência e gozo, forjado nas

premissas da competitividade, inaugurando também uma configuração de homem voltado para a economia psíquica.

Guattari (1981) analisa o processo de expansão do capitalismo sobre os modos de produção, controle social e a subjetividade através do conceito denominado de Capital Mundial Integrado (CMI), de acordo com o qual ocorre um processo contínuo de integração, desterritorialização e territorialização correspondentes às estruturas produtivas e às formações de poder. É um processo que além de englobar expansão e integração territorial e econômica, incorpora uma série de atividades consideradas não produtivas aos setores produtivos, de forma a manter sob seu domínio todas as atividades provenientes da ação humana, bem como todos os setores de produção. Dessa forma, centraliza-se nesse processo a construção de formas de subjetividades (subjetividade capitalística) através da qual o capital obtém o controle social.

A produção de subjetividade é multifatorial, perpassa pelo Estado, por fatores psíquicos, políticos e, principalmente, por fatores inerentes ao capitalismo. A gênese constitutiva da subjetividade decorre do campo do desejo. Esse desejo por sua vez é germinado quando capturado por dispositivos de poder que disseminam formas de ser, sentir e pensar, como mídia e o Estado através de ações de convivência, resultando em uma subjetividade forjada nos interesses capitalistas. Observa-se, nesse sentido, a importância da mídia e do Estado enquanto cooptadores dos sujeitos para a lógica e interesse do capital (FELICIANO; PEIXOTO, 2019).

As estratégias de *marketing*, as redes sociais, programas de televisão e as mídias impressas se expressam como dispositivos de poder que disseminam um discurso de interesse corporativo e institucional. Esses dispositivos pulverizam características que delineiam um perfil de profissional de “sucesso”, mas na verdade forjam uma subjetividade capitalística, que é uma subjetividade fabricada nos moldes capitalistas e tem como objetivo modelar o sujeito para um comportamento de submissão aos interesses capitalistas (DIAS, 2016).

A mídia e a propaganda revelam-se dispositivos essenciais para a expansão e dominação do capitalismo não apenas sobre territórios geográficos, mas também e principalmente, sobre pessoas e desejos. Dessa forma, o capitalismo articula um emparelhamento entre desejo e consumo. Através das estratégias de *marketing* e propaganda as mercadorias vão sendo transformadas em objetos de desejo por via da concatenação com identidades, valores e fantasias, constituindo e modelando

subjetividades ao forjar comportamentos e mitos utilizando o campo simbólico, dos signos. É através do campo semiótico que as empresas constituem seu escopo de estratégias publicitárias, a fim de produzir identidades alinhadas à mercadoria sob uma perspectiva subjetiva que dissemina modos de ser e estilos de vida (TAVARES; VARGAS, 2017).

Em sua análise sobre a relação entre desejo e consumo, Bauman (2001) avalia que o consumo excessivo fala do desejo e não da satisfação das necessidades. A vida orientada pelo consumo tem no céu o seu único limite, pois é constante e incessantemente estimulada pela sedução e por progressivos desejos que vão se metamorfoseando do supérfluo para a necessidade em um intervalo de tempo capaz de diminuir a distância entre o desejo e a sua satisfação. O desejo se traduz em uma causa em si mesma, constituído por alta volatilidade e por sua vez, insaciável.

Para Rosa (2019), a mídia, a indústria cultural, os dispositivos e mecanismos do Estado são os instrumentos produtores dos modos de subjetivação na contemporaneidade. O neoliberalismo promove um alinhamento entre produção e conduta ao forjar e pulverizar conceitos relacionados às formas de viver e o faz através de agenciamentos lançando mão de dispositivos como a mídia e o Estado. A relação entre o neoliberalismo e o Estado consiste em conferir a esse modelo econômico uma função de razão política, que em uma perspectiva foucaultiana corresponde ao conceito de governamentalidade exercido através dos dispositivos de biopoder e biopolítica. O neoliberalismo enquanto razão política não se refere exatamente ao governo enquanto instituição, mas se constitui como uma forma de governar as pessoas, conduzindo a sua conduta sem o artifício da força (biopolítica), a partir da disseminação de estilos de vida pulverizados por dispositivos de poder (biopoder) orientados no sentido da satisfação dos interesses individuais. Trata-se, portanto, de uma forma de governo que se orienta no sentido de um emparelhamento do Estado com a produção de modos de subjetivação.

Ainda de acordo com esse autor, o neoliberalismo em sua faceta política coloca a produção de subjetividade em posição central para o exercício de poder uma vez que é através dela que se concretiza o seu aspecto totalizante de modelação dos sujeitos, a partir de um formato econômico. Dessa maneira, se estabelece uma conexão entre a produção e o direcionamento das condutas forjando formas de existir perfeitamente alinhadas aos moldes mercadológicos. A

partir dessa lógica, fabricam-se sujeitos cuja subjetividade se sujeita aos interesses capitalistas, apresentando uma conduta regida pelos ordenamentos econômicos e pautada na extrema competitividade e se relacionando consigo mesmo como se fosse uma empresa a ser gerenciada.

O neoliberalismo reconfigura o Estado e todo seu campo político e, a partir disso, o Estado reconfigura as subjetividades ao forjar indivíduos que fazem uma leitura puramente econômica de si mesmos, se comportando como uma empresa e como gestor dessa empresa simultaneamente, dessa forma, se fomenta uma autogestão por parte dos indivíduos que valida os pressupostos neoliberais. Observa-se o Estado como um dispositivo que age alinhado à lógica de mercado. Um Estado que sedimenta um caminho repleto de entradas para a hegemonia capitalista ao elaborar políticas que promovem um ideário de cidadão que se coloca como único responsável frente às questões de sua vida isentando assim o Estado das suas responsabilidades (ANDRADE, 2019).

Esse ideário de cidadão se coaduna com o sujeito contemporâneo que se encontra submerso em um contexto marcado pelos aspectos de solidão e isolamento elevados a níveis tão extremos que o faz se perceber como o único agente causador das suas circunstâncias de sucesso e de fracasso. Os atravessamentos capitalistas sobre os modos de subjetivação têm reconfigurado a relação do sujeito consigo mesmo a partir das dimensões do ter e do ser, reconfigurando também as suas relações sociais ao fazê-lo investir muito mais na aquisição de bens materiais do que na sua relação com o outro (FELICIANO; PEIXOTO, 2019).

Sob a perspectiva do tempo mercadológico, o processo emancipatório inaugurado na modernidade entra em uma condição contraditória ao sujeitar o indivíduo ao valor simbólico das mercadorias ajustando-o também ao seu caráter de descartabilidade. As produções sociais da modernidade são capturadas pela lógica de mercado provocando uma desconexão entre o sujeito, o tempo e o espaço, enquanto os ordenamentos neoliberais forjam um campo social no qual os desejos são artificialmente produzidos através de mercadorias e experiências subjetivas descartáveis, esvaziando o sujeito e lhe inserindo numa incessante e desorganizada busca pelo prazer conduzido por um desejo constituído pela artificialidade das mercadorias (HOFFMAM; MORAIS; ROMAGUERA, 2019).

Na contemporaneidade, a sociedade se caracteriza pelo o aspecto dominante do consumo excessivo, pela satisfação imediata e pela validação a partir do ter e não do ser, apresenta ainda traços predominantes de uma cultura narcísica e individualista (MOTTA *et al.*, 2019). A subjetividade se apresenta em uma instância individual enquanto elemento constitutivo do indivíduo, porém se converte em individualismo quando inserida socialmente no contexto das relações fomentadas no bojo capitalista (MORAIS; LACERDA JÚNIOR, 2019).

Para Motta *et al.* (2019), a subjetividade pautada numa conjuntura social narcísica acaba por minar as relações, visto que o sujeito passa e estabelecer relações que não toleram o diferente, concebendo o outro apenas como um caminho para a validação de si mesmo. Nessa perspectiva a alteridade torna-se repulsiva, sedimentando assim um caminho que conduz o sujeito rumo ao isolamento e à solidão. A constituição de um “Eu” narcísico produz uma gama de subjetividades e um novo tipo de mal-estar decorrente da supremacia da imagem. Essa subjetividade narcísica faz com que o sujeito desconsidere o outro, orbitando o tempo todo em torno de si mesmo, sinalizando para um gozo perverso. Delineia-se dessa forma um sujeito que pauta suas ações e relações na finalidade do próprio gozo. Na modernidade o “Eu narcísico” é também mercadológico e destitui o sujeito de suas capacidades de estabelecer relações fora da lógica de consumo.

A modernidade reconfigura a criação de novas formas de subjetividade forjando indivíduos nos moldes narcísicos de supervalorização e supremacia do Eu. Trata-se de uma subjetividade cujos caracteres delineiam uma relação de antagonismo, incompatibilidades e rupturas entre interioridade e exterioridade. Essa subjetividade pautada no autocentramento do indivíduo sinaliza para a sua compreensão através dos conceitos da *cultura do narcisismo* proposto por Lasch e de *sociedade do espetáculo* proposto por Debord que colocam em perspectiva o narcisismo e o exibicionismo, característico dos tempos modernos (BIRMAN, 2016).

Em uma sociedade que se organiza através da lógica de consumo, o sujeito desempenha como papel central a função de consumidor e, como tal, as suas ações em prol do consumo devem ser constantemente estimuladas e renovadas de forma a lhe proporcionar novas sensações e experiências em nome de desejos que também se modificam incessantemente a cada momento (BAUMAN, 2001). Dardot e Laval (2016) contribuem com essa ideia ao afirmar que a reconfiguração do

neoliberalismo designa ao indivíduo o papel de consumidor e orbita exclusivamente em função da satisfação dos seus desejos.

Na modernidade, as pessoas estão inseridas em um contexto social de instabilidade, inconstância e consumo, no qual tudo muda o tempo todo e esse cenário mobiliza o sujeito/consumidor a sobrepor a busca pela satisfação à própria concretização da satisfação. Trata-se, portanto, de uma satisfação que nunca se completa, nunca se concretiza completamente. Todavia, a modernidade, controversa como é, também apresenta uma busca por uma satisfação imediata dos desejos. Ao analisar essa busca através da ótica freudiana do princípio do prazer e princípio da realidade, observa-se que o primeiro se lança imperativo sobre o segundo, pois o imediatismo dessa satisfação opera com considerável força. Atuar nesse contexto de grande oferta de mercadorias e de relações mediadas por esses dois princípios faz com que o sujeito sinta dificuldades em se articular frente a sua demanda de ser aceito socialmente sendo atravessado por um sentimento de insegurança (TAVARES; VARGAS, 2017).

O cenário moderno delineado ao longo desse trabalho acaba por elencar características e fatores da modernidade neoliberal, como a busca incessante por satisfação, o individualismo, o narcisismo e a extrema competitividade, que além de sinalizarem para o sofrimento dos sujeitos, sinalizam também para o seu adoecimento psíquico.

Para Feliciano e Peixoto (2019), o reconhecimento do sujeito pautado apenas nas características elaboradas pelos ideais sociais, desconsiderando a sua substância singular, o afeta psicologicamente quando o mesmo não atinge esses ideais. Nesse ritmo intenso e veloz de mudanças, o sujeito pode não conseguir elaborar formas satisfatórias de ajustamento social gerando experiências negativas e dolorosas. O olhar que se tem sobre si mesmo e sobre o outro pode gerar um adoecimento psíquico. O narcisismo característico da contemporaneidade afeta o indivíduo em decorrência de suas demandas em ser socialmente validado de forma a conduzi-lo a um isolamento social e pôr em xeque o significado da sua própria vida. As autoras relacionam o mal-estar decorrente da cultura narcísica às toxicomanias enquanto resposta ao adoecimento psíquico e ao processo de medicalização como forma de ajustamento do sujeito para manifestar características desejáveis socialmente.

Aponta-se como fator gerador do mal-estar na contemporaneidade a ausência de um auto suporte que proporcione ao sujeito meios de enfrentamento do próprio sofrimento. A perspectiva de superação desse quadro em longo prazo causa uma frustração no sujeito de forma que ele desacredita que esse sofrimento possa ser apaziguado. Não acreditar que todos os sintomas desse mal-estar possam um dia passar é o fator preponderante para a depressão. O grande número de possibilidades ofertadas através da tecnologia e dos dispositivos sociais agrava os quadros de depressão diante da incapacidade dos sujeitos depressivos se organizarem frente a elas. Essa grande oferta de possibilidades também é geradora de angústia e reconfigura a relação do sujeito com o tempo, que se traduz insuficiente para abarcá-las. A dinâmica mercadológica entre o desejo e a satisfação intensifica e perpetua esse mal-estar demasiadamente nocivo à saúde psíquica (VERZONI; LISBOA, 2015).

Motta *et al.* (2019) desenvolvem em sua análise o conceito de hipermodernidade e define a sociedade hipermoderna como sendo uma sociedade do excesso dos valores e condutas fomentados na modernidade como o individualismo, o consumo e o narcisismo. Ao falar sobre adoecimento, as autoras defendem que os transtornos de ansiedade refletem fielmente o estilo de vida da hipermodernidade e atribui à depressão a obscuridade do contemporâneo. Com excessos empregados no investimento da utilização do corpo há um empobrecimento das funções simbólicas e das experiências psíquicas.

Tavares e Vargas (2017) fazem uma leitura da ansiedade sob a perspectiva dos princípios de prazer e de realidade desenvolvidos por Freud. Consideram o desenvolvimento da ansiedade em decorrência da organização moderna que expõe o sujeito a uma gama de estímulos e desejos ao passo que mobiliza no sujeito certo imediatismo na satisfação desses desejos. Dessa forma, a demanda em satisfazer de forma imediata os seus desejos é puramente regulada pelo princípio do prazer, porém o princípio da realidade também opera nesse sujeito, então, a ansiedade surge como expressão do conflito entre essas duas forças.

Diante do exposto, observa-se o contexto contemporâneo como um ambiente fomentador de um profundo mal-estar que expõe o sujeito a processos de sofrimento e adoecimento psíquico. A análise desse mal-estar contemporâneo deve incluir no epicentro das suas reflexões as instâncias sujeito/subjetividade visto que a gênese constitutiva do sofrimento ocorre nesse campo (BIRMAN, 2016).

A Psicologia, área de concentração dessa pesquisa, resguarda sua importância no cenário moderno enquanto dispositivo clínico e político devendo, portanto, manifestar um comportamento que não a remeta a um posicionamento de passividade frente às questões tangentes a psique humana fomentadas na modernidade, de forma a se lançar ativamente para além da pura satisfação dessas questões. A Psicanálise e a Psicologia encontram no aspecto metamórfico da subjetividade o desafio de reinventar-se diante das transformações geradas por cada novo contexto social, agente constitutivo da subjetividade e o fazem agora nesse cenário contemporâneo de instabilidade e volatilidade (VERZONI; LISBOA, 2015).

Os aspectos da sociedade contemporânea tangentes ao imediatismo e eficiência também se apresentam de forma contundente nos espaços psicoterapêuticos frente às demandas de se encontrar os modelos terapêuticos que operem de forma melhor e mais rápida. Esses espaços também podem ser considerados ambientes fomentadores de reflexão e resistência apresentando-se como um dispositivo de subversão aos valores capitalistas dominantes na modernidade (ABRANTES; ENÉAS, 2018).

De acordo com Lacerda Júnior (2017), a Psicologia enquanto instituição atua sempre sob uma perspectiva política visto que a sua prática mobiliza aspectos e ações relacionados à gestão da vida nas suas instâncias individual e social. As práticas da Psicologia, em qualquer que seja o campo de atuação, seguem em direção aos processos metamórficos e emancipatórios, às ressignificações subjetivas, às mobilizações de desejo e de autonomia. Sob essa ótica, pode-se vislumbrar o lugar e a importância da Psicologia nos tempos modernos.

A expansão do capitalismo na contemporaneidade ocorre através da apropriação de todas as produções humanas de forma que:

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.42).

Segundo esses mesmos autores, a leitura da subjetividade capitalística deve ser política e compreendê-la como algo forjado pelo sistema capitalista, identificando os segmentos destoantes e contraditórios desse sistema de forma a qualificá-los como meios de resistência evidenciando a sua devida importância.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática central desse trabalho seguiu em direção aos modos de subjetivação fomentados no contexto da modernidade neoliberal, período cujos atravessamentos do capitalismo reconfigurou a sociedade nas suas conjunturas econômicas, políticas, culturais e subjetivas.

O controle sobre os processos de subjetivação pelo capitalismo tornou-se a “menina dos olhos” desse sistema. A produção de subjetividade protagoniza as produções capitalistas, pois é através dela que o capitalismo contemporâneo forja indivíduos extremamente alinhados aos interesses de mercado e à lógica neoliberal. Dessa forma, o capitalismo contemporâneo incorre em um processo de sujeição econômica e subjetiva.

A mídia e o Estado se configuram como dispositivos de agenciamentos que agem em consonância com os interesses do neoliberalismo. O Estado opera nesse sentindo sob a perspectiva do biopoder e de biopolíticas que podem ser traduzidas como mecanismos de controle das condutas sem o artifício da força. O alinhamento entre o poder do Estado e o neoliberalismo enquanto razão política delinea um cenário que é norteado pelo discurso de um Estado mínimo, marcado pelo desmonte do estado social com ataques aos direitos conquistados sob pretexto da meritocracia. Embora os princípios de liberdade e autonomia tenham sido constitutivos do discurso capitalista desde a sua gênese, o que se observa é que hoje os indivíduos são oprimidos, explorados e violentados por esses mesmos princípios através das artimanhas do extremo individualismo e culpabilização dos sujeitos.

A mídia delinea seu papel na hegemonia capitalista pelo artifício da pulverização de conceitos pré-fabricados sobre as formas desejáveis e adequadas de se viver a vida e o faz lançando mão de um arsenal de instrumentos, como as estratégias de *marketing*, as redes sociais e os programas de entretenimento na televisão que seduzem e escravizam os sujeitos.

O plexo político e econômico do neoliberalismo com o Estado e a mídia se traduz como forças que se retroalimentam no processo de modelação e controle das subjetividades. O sujeito forjado através das ações dessas forças é constituído por caracteres que o conduzem para o individualismo, para o narcisismo e para o consumo exacerbado de forma a ser destituído da sua condição de sujeito para tornar-se um mero consumidor. O sujeito da modernidade neoliberal é consumidor ao passo que é também mercadoria, logo, é também descartável.

A modernidade neoliberal é berço de uma cultura fomentadora de desejos descartáveis, de uma cultura narcísica e de relações frágeis. O autocentramento dos indivíduos na missão de satisfazer seus próprios desejos impossibilita uma relação que não seja pautada em um gozo perverso, tomando o outro como sendo apenas um caminho de chegar a si mesmo. Dessa forma, a diferença não é suportada, não é tolerada e as relações vão se dissipando na exata volatilidade das coisas e dos desejos.

A contemporaneidade na sua configuração neoliberal constitui um mal-estar próprio da sua organização e dos seus delineamentos estruturados sob a hegemonia capitalista. É a era do consumismo, da exposição exacerbada, do individualismo, da fugacidade e do adoecimento.

À Psicanálise e à Psicologia designa-se a incumbência de se reinventar frente às constantes mudanças na sociedade e também de resistir frente ao mal-estar gestado pelo contemporâneo, que é um cenário repleto de fatores nocivos à saúde, aqui considerada na sua máxima amplitude semântica.

Faz-se urgente pensar os processos de construção das subjetividades sob a perspectiva da autonomia, da liberdade, do singular e da humanização do sujeito e das suas relações, subvertendo a lógica do capitalismo que destitui o sujeito da sua mais significativa definição: ser humano.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Cristina Gonçalves de; ENÉAS, Maria Leonor Espinosa. Surgimento de Sintomas Relativos à Pós- Modernidade no Contexto Terapêutico. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v.2, n. 1, p. 105-120, 2018. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/57>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. O Que é o Neoliberalismo? A Renovação do Debate nas Ciências Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000100211. Acesso em: 20 fev. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modernidade neoliberal. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 87-102, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100006. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. A Revolução Capitalista. **FGV-EESP**, São Paulo, v.1, n. 422, p.1-16, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4147571/mod_resource/content/0/350-Modelos-Estado-Desenvolvimentista-TD412.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo Financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142018000100017&script=sciarttext&tlng=pt>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, n. 40, p. 39-60, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4490/4016>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CARVALHO, Tércio Santos Vieira; COSTA, Inácio César Andrade. Psicologia Social: Conceitos, História e Atualidade. **Psicologia. Pt: O portal dos psicólogos**, Tocantins, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0421.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CHAIB, Diana Chaukat; LIMA, Débora Juliene Pereira. Instabilidade Econômica em Keynes: Elementos para a Análise dos Efeitos da Crise de 2008 Sobre a Economia Brasileira. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 01-11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/35695>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DARTOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Daniela Midori Taguchi. **A Produção de Subjetividade Capitalística no Mundo do Trabalho Contemporâneo: uma Análise a partir da revista HSM Management**. Dissertação (Pós- Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Paraná, p 101. 2016.

Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5685>. Acesso em: 06 jun. 2020.

FELICIANO, Patrícia de Lourdes Queiroz; PEIXOTO, Tereza Cristina. A Construção da Subjetividade na Pós-Modernidade: Uma Revisão de Literatura. **Pretextos**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 62-77, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18692>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GASDA, Élio Estanislau. Essa Economia Mata (EG;53): Crítica Teológica do Capitalismo Inviável. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 3, p. 573-587, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica de Pesquisa Social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOFFMAM, Fernando; MORAIS, José Luis Bolzan de; ROMANGUERA, Daniel Carneiro Leão. Direitos Humanos na sociedade contemporânea: neoliberalismo e (pós) modernidade. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.250-273, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000100250&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 maio 2020.

KAYSER, Erick. Neoliberalismo e Temporalidade. **ANPUH- Brasil: 30º Simpósio Nacional de História, Anais...** Recife, 2019, p. 1-11. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564756249_ARQUIVO_Neoliberalismoetemporalidade\(Anpuh2019\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564756249_ARQUIVO_Neoliberalismoetemporalidade(Anpuh2019).pdf). Acesso em: 07 maio 2020.

LACERDA JÚNIOR, Fernando. Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-militar às Lutas pela Democratização do Presente. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37 (num.esp.), p. 3-10, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 19 fev. 2020.

LAGE, Laís do Nascimento Vidal Lage. Interesses Capitalistas e Desafios para a Efetivação dos Direitos Sociais: Ataques e Regressões. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 120-128, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000100120. Acesso em: 05 maio 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS; Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEMOS, Adriane Guimarães de Siqueira. Do Liberalismo ao Neoliberalismo: Liberdade, Indivíduo e igualdade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 108-122, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/61148/34792>. Acesso em: 23 maio 2020.

MEDEIROS JÚNIOR, Katiano Renato Alves de; FALCETTI, Bruno Mesquita; LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. A Crise Estrutural do Feudalismo e a Formação do Capitalismo. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 32-38, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/50225/pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

MENDONÇA, Isabelle Pinto; SANTOS, Vânia Carvalho. Fundamentos e História: O Surgimento do Sistema Capitalista e a Gênese do Serviço Social no Brasil. **CBAS: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Anais...** Brasília, 2019. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/823>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MORAIS, Amom Rodrigues; LACERDA JÚNIOR, Fernando. Ideologia, Individualismo e Psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva. **Teoria e Crítica da Psicologia**, Goiás, v. 12, n. 1, p. 163-184, 2019. Disponível em: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/241>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOTTA, Aline Bruno. *et al.* Os Modos de Subjetivação na Hipermodernidade, a Cultura do Individualismo, os impactos na família e a produção de sofrimento psíquico. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 79-86, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1960/1262>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NUNES, Ticianá Amaral. Marx e Polanyi: A Construção de uma Epistemologia Crítica ao Liberalismo Econômico. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 7, n. 3, p. 50-66, 2018. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/975/pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

OLIVEIRA, Inara Rezende. *et al.* Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 9, n. 2, p. 290-311, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000200010. Acesso em: 12 março 2020.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/26678/pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ROSA, Rafael Rocha. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. **Argumentos: Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 11, ed. 21, p. 154-165, 2019. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/41051/97291>. Acesso em: 12 março 2020.

SAKURAI, Ruudi; ZUCHI, Jederson Donizete. As Revoluções Industriais até a Indústria 4.0. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, v. 15, n. 2, p. 480-491, 2018. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/386>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SANTOS, Diego Rafael Guedes dos; VOLANTE, Carlos Rodrigues. A Importância da Tecnologia Sem Fio na Indústria 4.0. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, v. 15, n. 2, p. 245-254, 2018. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/487/314>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, Maurício. Cotas Raciais na Universidade Brasileira e a Ideologia da Meritocracia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21944/21085>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SILVA, Odair Vieira. As Grandes Revoluções do Século XVIII e o Iluminismo. **Revista Científica Eletrônica da Pedagogia**, São Paulo, ano XVIII, n. 30, p. 1-9, 2018. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2nwjMOpLyWln7m3_2018-10-6-10-38-31.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

SIQUEIRA, Natercia Sampaio; SIQUEIRA, Marcelo Sampaio. Liberdade e Equanimidade: Elementos Axiológicos Estruturantes das Democracias Contemporâneas. **Revista Direito e Justiça – Reflexões Sociojurídicas**, Rio Grande do Sul, ano XVIII, v. 17, n. 29, p. 47-61, 2017. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/1921/1066. Acesso em: 25 mar. 2020.

STIER, Lucas Alexander. **Os Impactos Econômicos da Reunificação da Alemanha Após a Queda do Muro de Berlim**. 2018. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2018. Disponível em: http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1878/LUCAS%20ALEXANDER%20STIER_Trabalho.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 jun. 2020.

TAVARES, Frederico; VARGAS, Rosa. Processos de subjetivação e consumo: uma perspectiva psicossocial. **Rev. Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro, v.188, n.15196186, p. 155-165, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32036/18148>. Acesso em: 17 mar. 2020.

TEXEIRA, Everton de Souza. Valores da Renascença em Leonardo Da Vinci. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Bahia, v. 3, n. 6, p. 196-21, 2016.

Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/201>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VERZONI, André; LISBOA, Carolina. As Formas de Subjetivação Contemporâneas e as Especificidades da Geração Y. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 457-466, 2015.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacífico da. Meritocracia Neoliberal e Capitalismo Financeiro: Implicações para a Proteção Social e a Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2107-2117, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n7/2107-2118/pt>. Acesso em: 17 mar. 2020.

VIEIRA, Daniel José. et al. Uma Breve História Sobre o Surgimento e o Desenvolvimento do Capitalismo. **Ciências Humanas e Sociais Unit.**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 125-137, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/1950/1210>. Acesso em: 22 fev. 2020.